UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO GABRIEL RIBEIRO HIPÓLITO

VITOR HUGO RIBEIRO DE LIMA

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E IMPACTOS DISTRIBUTIVOS

SÃO PAULO, SP
2021

PEDRO GABRIEL RIBEIRO HIPÓLITO

VITOR HUGO RIBEIRO DE LIMA

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E IMPACTOS DISTRIBUTIVOS

Trabalho apresentado a Universidade São Judas Tadeus – USJT, Campus Paulista, como requisito para obtenção da graduação no curso de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Paulo Vitor Sanches Lira

SÃO PAULO, SP

2021

Dedicamos o trabalho aos amigos e familiares, principalmente nossas mães Jane Mary Ribeiro e Cristina Hipólito que estiveram junto a nós, nos fortalecendo e apoiando na possível para realização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

A construção desse trabalho nos fez perceber que o estudo constante é algo fundamental para o crescimento pessoal, entender isso, nos levou enfrentar constantes brigas internas, desde capacidade e autoestima, até saúde mental e física.

De forma alguma, seria capaz construir esse trabalho, mas principalmente, encarar os anos de graduação, sem o apoio de nossos familiares, que em diversos momentos seguraram nossas mãos e disseram que nos apoiavam em quaisquer circunstâncias. Nossos amigos, que a todo momento nos lembraram de que somos capazes de construir um amanhã mais bonito, com mais amor e carinho e isso faz a maior diferença em nossas vidas. E aos professores, que além de lecionar, mostraram com amor cada detalhe e cada tema apresentado, nos impulsionando e nos fazendo entender que o esforço, dedicação e amor pelo o que faz é algo mais que importante no exercício de suas funções, além de mostrarem-se versáteis e empenhados no que se propuseram a fazer, pois perante a pandemia do covid-19, um momento de inconstâncias econômicas, comportamentais e saúde, mantiveram seus ensinos com excelência. Ainda sobre os professores, queremos deixar, principalmente, nossos agradecimentos ao professor Paulo Vitor Sanches Lira, por todo cuidado e carinho com nosso trabalho, pelo entendimento e apoio em todas nossas limitações e pelo esforço, maior do que necessário, para ajuda-nos a construir e concluir nossa trajetória de graduação.

A educação é o nosso passaporte para o futuro, pois, o amanhã pertence as pessoas que se preparam hoje.

Malcolm X

RESUMO

Esse trabalho acadêmico, com o objetivo de concluir o ciclo de graduação academia, concentra-se no sistema tributário brasileiro e os impactos que esse sistema causa no desenvolvimento socioeconômico do país, explorando as falhas e oportunidades na distribuição, ferramentas de arrecadação e comportamento dos agentes econômicos. Para a construção desse trabalho, em grande parte foi adotado a metodologia de pesquisa cientifica exploratória, ou seja, baseando-se nos dados de levantamentos bibliográficos e entrevistas realizadas por especialistas, foi possível construir os dados e informações apresentadas no decorrer desse conteúdo.

O presente trabalho apresenta as principais características do sistema tributário brasileiro, situação socioeconômica e críticas na relação desses dois cenários, baseada nos indicadores sociais e análise sob o olhar do IRBES – Índice de Retorno ao Bem-Estar à Sociedade. Ainda sobre o sistema tributário, seu histórico de evolução ao longo dos anos e distribuição da arrecadação tributária, é abordado os principais pontos que alimentam uma discussão de anos perante o tema reforma tributária.

Palavra Chave: Sistema Tributário Brasileiro, Desenvolvimento Socioeconômico, Reforma Tributária, Arrecadação Tributara.

ABSTRACT

This academic work, with the objective of completing the academic graduation cycle, focuses on the Brazilian tax system and the impacts that this system causes on the country's socioeconomic development, exploring the failures and opportunities in the distribution, collection tools and behavior of agents economical.

For the construction of this work, the exploratory scientific research methodology was largely adopted, that is, based on data from bibliographic surveys and interviews carried out by experts, it was possible to build the data and information presented throughout this content.

The academic work presents the main characteristics of the Brazilian tax system, socioeconomic situation and criticism in relation to these two scenarios, based on social indicators and analysis from the perspective of Index of Well-being return index for society. Still on the tax system, its history of evolution over the years and distribution of tax revenue, the main points that feed a discussion of years regarding the tax reform theme are addressed.

Keywords: Brazilian Tax System, Socioeconomic Development, Tax Reform, Tax Collection.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	T - Tributo Y – Renda	19
Gráfico 2 -	Carga tributária bruta	20
Gráfico 3 -	Taxa de Crescimento do PIB projetada pré-pandemia e projeção atual (em %)	23
Gráfico 4 -	Taxa de Crescimento do PIB projetada pré-pandemia e projeção atual (em índice)	23
Gráfico 5 -	Taxa de crescimento média anual: comparação entre cenários (2020 a 2031), em % a.a	25
Gráfico 6 -	Taxa de crescimento média anual: comparação entre cenários (2020 a 2031), em %	25
Gráfico 7 -	Produto Nacional Bruto (PNB)	29
Gráfico 8 -	Paridade de Poder de compra	31
Gráfico 9 -	Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)	33
Gráfico 10 -	Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (Brasil – 2019)	34
Gráfico 11 -	País x IRBES	37
Gráfico 12 -	Carga Tributária x IDH	37

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Projeções: Taxa de crescimento do PIB e de seus componentes 24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

PIB – Produto Interno Bruto

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

II - Imposto sobre a Importação

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IR - Imposto sobre a Renda

COFINS - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PPC – Poder de paridade de compra

PNB – Produto Nacional Bruto

ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

IBRE FGV - Instituto Brasileiro de Economia Fundação Getúlio Vargas

BP - Balanço de Pagamentos

DIPJ - Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica

IPA - Índice de Preços ao Produtor Amplo

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PAM - Produção Agrícola Municipal

PAC - Pesquisa Anual de Comércio

PAS - Pesquisa Anual de Serviços

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PIA - Pesquisa Industrial Anual

PIM - Pesquisa Industrial Mensal

PMC - Pesquisa Mensal de Comércio

PMS - Pesquisa Mensal de Serviços

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

IRBES – Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO 15
1.1 INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA 16
1.1.1 IMPOSTO FEDERAL 17
1.1.2 IMPOSTO ESTADUAL 17
1.1.1 IMPOSTO MUNICIPAL 18
1.2 PRINCIPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA: RENDA E CONSUMO 18
3. REFORMA TRIBUTÁRIA 20
4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 22
4.1 INDICADORES SOCIOECONOMICOS 26
4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB) 27
4.1.2 Produto Nacional Bruto (PNB) 29
4.1.3 Paridade do Poder Aquisitivo (PPA) 30
4.1.4 Renda per capita (também conhecido como PIB per capita) 31
4.1.5 Expectativa de vida 32
4.1.6 Nível de Escolaridade 32
4.1.7 Índice de Gini (também conhecido como Coeficiente de Gini). 34
4.1.8 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 35
5. EFICIÊNCIA DA TRIBUTÁÇÃO EM RELAÇÃO AO RETORNO DO BEM-ESTAR 36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 39
BIBLIOGRAFIA 41

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto propõe apresentar uma visão geral do sistema tributário brasileiro e suas principais características, de modo a realizar um contraponto sobre distribuição da arrecadação.

Sempre que mencionado sistema tributário, surgem diversos questionamentos e entre eles, os mais presentes são: Por que pagamos tantos tributos? O que acontece os valores arrecadados pelo governo? – ou seja, qual a real necessidade da existência de todos os tributos nos cenários básicos dos agentes econômicos como consumo e renda e há, certa forma, um retorno para o bem-estar da sociedade?

Oficialmente, o sistema tributário brasileiro é considerado progressivo, conforme descrito e explicado no primeiro capítulo desse trabalho, entretanto, ao decorrer das análises, são apresentados alguns pontos os quais nos levam a perceber que a tributação brasileira caminha na contramão da sua declaração oficial (progressivo) e, possui características que torna o sistema regressivo.

Ainda, dentro das críticas apresentadas ao sistema como um todo, mas também ao retorno dessas arrecadações para o bem-estar da sociedade, apresenta-se nesse trabalho alguns contextos existentes para as inúmeras discussões sobre a reforma tributária. Pontos como, burocratização do sistema, massiva de tributos perante a sociedade, sistema arcaico e voltado para uma realidade a qual o Brasil já não vivencia nos dias atuais e resultados negativos sob o olhar dos indicadores socioeconômicos, alimentam essa discussão e apresentam como emergência uma reforma no sistema atual.

Dessa forma, os estudos apresentados nesse trabalho estão divididos da seguinte maneira. O segundo capítulo aborda o sistema tributário brasileiro, o qual descreve a característica do sistema tributário atual, promulgado na Constituição Federal de 1988. O terceiro capítulo reporta as discussões que permeiam o tema reforma tributária e aborda os principais pontos de análise que enfatizam e dão forças a necessidade de uma reforma tributária. No quarto capítulo é discuto as características do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e os principais indicadores sociais. Já no quinto

capítulo, é realizado uma análise comparativa da carga tributária brasileira versus a situação socioeconômica do país, baseada no IRBES – Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade.

2 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O Sistema tributário consiste na arrecadação de recursos financeiros, por meio de recolhimentos de tributos, a fim de financiar as ações do governo perante a sociedade, bem como as melhorias nos serviços prestados à população e investimentos nos direitos básicos do cidadão. As ações do Sistema Tributário são determinadas pela Constituição Federal, conforme consta no artigo 145, e fornecem aos estados e munícios a competência para criar, arrecadar e fiscalizar o pagamento dos tributos pelos constituintes. Tendo em vista que o objetivo das arrecadações visa o desenvolvimento social e o financiamento de projetos em prol da sociedade, o pagamento desses tributos tonam-se obrigatórios para os agentes econômicos.

O sistema tributário brasileiro é apresentado como progressivo é oficialmente adotado como um sistema progressivo, ou seja, é imposto que o sistema tributário no Brasil adota uma medida em que é cobrado mais tributos àqueles que possuem mais renda e por sua vez, menos tributo àqueles que possuem menos renda. Podemos exemplificar usando o IRPF, sendo esse, especificamente progressivo, pois a cobrança desse imposto baseia-se em uma tabela crescente e proporcional a renda.

Ainda que o sistema tributário brasileiro seja apresentado, oficialmente, progressivo, há estudos os quais apresenta-o como regressivo e esse é um dos motivos pelo qual a discussão para uma reforma tributário tem ganhado forças nos últimos anos.

Podemos dizer que a história do Brasil é permeada por um sistema de tributação. Mesmo que desde o início da história do Brasil esse sistema não era formal, é possível identificar que que desde os tempos coloniais, ao enfrentar em solo brasileiro uma extensa exploração do pau-brasil, além de outras riquezas, a finalidade sempre foi, de certo modo, arrecadar tributos a monarquia.

Durante os anos a República brasileira adotou diversas características para construção consolidação de uma estrutura tributária. É evidente que no início de sua constituição, herdou-se parte da estrutura vivenciada nos tempos do império. Entretanto, conforme o regime federativo ganhava forças e estruturas, alguns ajustes foram necessários para a continuidade desse sistema.

Um ponto importante para época e presente até os dias de hoje, por exemplo, foi o regime de separação de fontes tributárias, como mencionado anteriormente, adota-se como exercício a repartição das competências tributárias entre a União, Estados e Municípios.

Ao longo dos anos, após as alterações na constituição brasileiro, ajustes foram necessários e há, portanto, o que conhecemos e vivenciamos hoje no sistema tributário promulgado na Constituição federal de 1988.

1.1 INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Sob a ótica do sistema tributário, em diversos países, está presente composição dos instrumentos: tributos sobre a renda e tributos sobre a venda de mercadorias. Esses instrumentos também estão presentes na composição da estrutura tributária brasileira.

De acordo com os estudos realizados pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), o Brasil encontra-se entre os 30 países com maior carga de tributária e, conforme o Ministério da Economia, a carga tributária brasileira corresponde a 33% do PIB.

Ao todo, entre impostos, taxas e contribuições, o Brasil soma 92 tributos vigentes, os quais podem ser consultados através do Portal Tributário. Entende-se que contribuições e taxas estão relacionadas aos serviços públicos prestados (federal, estadual e municipal). Por exemplo, rodovias, esgoto, etc.

O imposto, por sua vez, é definido com encargo financeiro, diretamente ligado ao agente econômico, relacionado ao bem de consumo, renda e patrimônio. Todo agente econômico arca com as diversas contribuições em algum momento.

Todos os tributos estão divididos entre federais, estaduais e municipais, pois essa divisão possui relação com o destino o qual o valor arrecado é direcionado.

1.1.1 IMPOSTO FEDERAL

Sob a ótica federal, o foco dessa coleta visa o financiamento dos gastos do Estado, a fim manter o funcionamento de todas as ações. Por esta razão, os impostos, em sua grande maioria, possuem abrangência nacional.

Abaixo encontra-se a lista de alguns impostos federais.

Imposto sobre Operações de Crédito (IOF).

Imposto sobre a Importação (II).

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica).

Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

INSS.

1.1.2 IMPOSTO ESTADUAL

Tratando-se da arrecadação estadual, essa está sob o domínio dos governadores dos estados e possuem a finalidade de gerar investimentos em todo o estado.

Abaixo encontra-se a lista de alguns impostos estaduais.

Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

1.1.1 IMPOSTO MUNICIPAL

Focados na manutenção da administração nos municípios, visa oferecer as obrigações públicas aos moradores.

Abaixo encontra-se a lista de alguns impostos municipais.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI).

1.2 PRINCIPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA: RENDA E CONSUMO

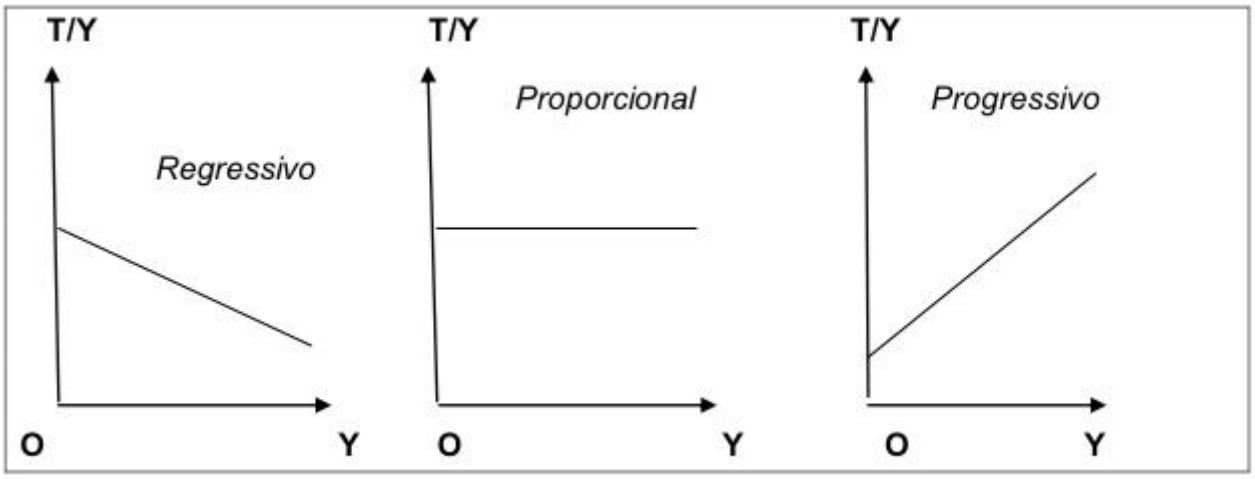
Um dos pilares das discussões do sistema tributário brasileiro é desenvolvido sob a ótica da falta de equidade do sistema, visto a imprecisão que existe na prática de um regime progressivo e regressivo quando olharmos o regime com o princípio da capacidade de pagamento.

O princípio da capacidade de pagamento se baseia na determinação da parcela de riqueza que pode ser tributada com base das condições individuais com objetivo de buscar equidade onde a maior tributação seja destinada para aqueles que tenham uma renda mais alta.

Os princípios e conceitos acima são importantes para compreendermos uma base tributária que tem uma presença constante no cotidiano brasileiro, que é a alta e complexa carga tributária sobre o consumo, onde o contribuinte é o comprador e não o vendedor, desta forma, pode não haver diferenciação no imposto presente do produto na transação de venda, porém o percentual gasto em relação a venda será bem diferente, implantando assim uma injustiça distributiva, visto que não há oscilação pelo governo na quantia arrecadada mas no modus operandi o custo em impostos em relação a renda familiar fica muito menor para os mais afortunados.

Diante desse cenário, o princípio da capacidade contributiva se contrapõe as desigualdades geradas pelo imposto sobre consumo na medida em que o regime progressivo é aplicado a renda, segue gráfico desenvolvido abaixo que amplia a relação capacidade x pagamento nos regimes tributários:

GRÁFICO 1: T - Tributo Y - Renda



Fonte: Rezende (2007)

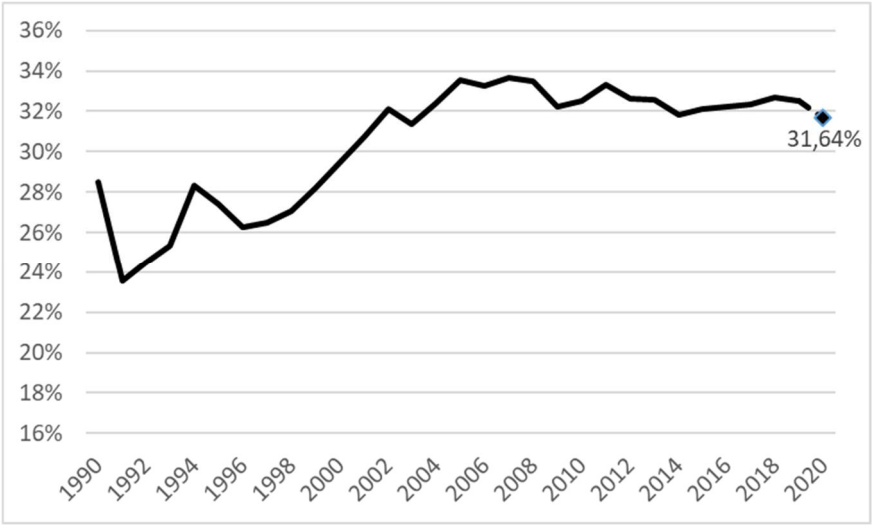
Dentro de várias propostas de reformas tributárias, pode se fazer necessário de forma constante essa discussão que é de suma importância para pensarmos na equidade tributária e desenvolvimento econômico.

3. REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é uma reforma político-econômica que tem por finalidade uma mudança estrutural legislativa de recolhimento de impostos, taxas e outras cobranças vigoradas em uma nação, para o sistema tributário se modernizar para que sejam reparados problemas econômicos e sociais. Entendendo o conceito do sistema tributário brasileiro, seus mecanismos, políticas adotadas, seus métodos de aplicação pratica e seus impactos na sociedade e agentes econômicos, somos levados a discutir e debater um conjunto de amplas reformas propostas ao longo dos anos pelos governos que vigoraram no país.

A reforma tributária desempenhará um papel crucial no economia brasileira visto que o sistema tributário afeta de múltiplos modos o crescimento econômico e a competividade nacional relacionado com o distribuição social e regional da renda, visto que após a constituição de 1988 a carga tributária bruta alavancou de 23,4% do PIB para 31,64% do PIB em 2020, conforme gráfico abaixo, desenvolvido pelo IBRE-FGV no observatório de política fiscal:

GRÁFICO 2 - Carga Tributária Bruta (% do PIB)



Há mais de uma década a carga vem oscilando entre 31 a 33% do PIB, mesmo nesse período estável o processo de deterioração da qualidade da tributação brasileira diante de benefícios fiscais e mal calibragens para poucos avanços expressivos na ponta social e agenda de reforma.

Segundo constatado no artigo do CEPRAB:

> “Porém, mais do que o nível da carga brasileira, que pode ser parcialmente explicado pelo projeto de instituir um estado de bem-estar social, o que mais preocupa é sua ineficiente e regressiva estrutura. Ao contrário do padrão mais comum entre os países da OCDE (verificado em 19 dos 35 países), onde os impostos sobre a renda e a propriedade são a principal fonte de financiamento estatal, no Brasil, mais de 40% das receitas tributárias é originada de impostos sobre bens e serviços, enquanto os impostos sobre a renda e a propriedade estão próximos de um quarto do total. Comparando-se com a média dos países da OCDE o Brasil concentra sua carga proporcionalmente, mas nos impostos sobre bens e serviços, menos nos impostos sobre a renda, e possui patamares semelhantes de concentração nas tributações sobre folha salarial e propriedade. Existem, ainda, assimetrias no interior dessas categorias genéricas de tributos. Entre os tributos sobre a renda, a concentração da carga no Brasil é um pouco mais alta quando incide sobre o lucro das empresas (9% do total em relação aos 8% da média dos países da OCDE) e muito menor na renda das pessoas físicas (8% do total em relação à média de 25% na OCDE.”

Segundo estudos do CEPRAP, baseados na teoria econômica e experiencia internacional, temos alguns pontos de partidas para pensarmos em um “sistema tributário ideal”:

- Arrecadação: levantar as receitas de que o governo necessita para alcançar seus objetivos de gasto e distributivos;
- Equidade vertical: promover a progressividade, no sentido de onerar proporcionalmente mais aqueles que possuem maior capacidade contributiva, de acordo com os objetivos distributivos do governo e com as preferências sociais;
- Equidade horizontal: evitar arbitrariedades de tratamentos tributários não isonômicos entre contribuintes, setores econômicos e fontes de renda;
- Eficiência: buscar minimizar as distorções econômicas e administrativas relacionadas à arrecadação de tributos, além de manter o sistema o mais simples e transparente possível.

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

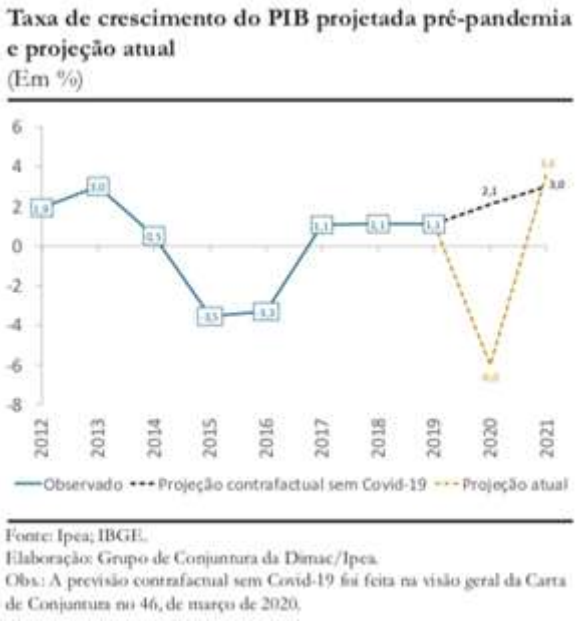
Pode-se entender como conceito de desenvolvimento econômico uma variável de aproximação da realidade social de determinada sociedade em aspectos qualitativos econômicos interligado com as amplitudes geradas em um crescimento econômico e a forma que esse é distribuído na sociedade, na diminuição da pobreza, elevação salarial, aumento da produtividade do trabalho, melhora nas condições de trabalho, nas condições de habitação, penetração de qualidade na saúde, educação, segurança, transporte, etc. Sendo assim, uma ruptura socioeconômica em relação a uma vigente economia e seus indicadores sociais.

Sobre o desenvolvimento econômico, Bresser Pereira, diz:

> O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade. Definido nestes termos, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua Revolução Capitalista já que só no capitalismo se pode falar em acumulação de capital, salários, e aumento sustentado da produtividade. Nas sociedades pré-capitalistas ocorreram momentos de prosperidades, mas nada semelhante ao que hoje denominamos desenvolvimento econômico (PEREIRA, BRESSER Texto para Discussão EESP/FGV 157, dezembro 2006). Versão de 31 de maio de 2008).

Entendendo o conceito e trazendo pra ótica brasileira, temos muitas variáveis e indicadores para medição do desenvolvimento, como empregabilidade, consumo das famílias, índices de desigualdade. Segue abaixo um estudo da projeção de crescimento econômico extraído do IPEA que se conecta com o desenvolvimento:

GRÁFICO 3: Taxa de Crescimento do PIB projetada pré-pandemia e projeção atual (em %)



Fonte: Ipea; IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: A previsão contrafactual sem Covid-19 foi feita na visão geral da Carta de Conjuntura no 46, de março de 2020.

GRÁFICO 4: Taxa de Crescimento do PIB projetada pré-pandemia e projeção atual (em índice)

Fonte: Ipea; IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: A previsão contrafactual sem Covid-19 foi feita na visão geral da Carta de Conjuntura no 46, de março de 2020.

Segundo análise do IPEA:

> A pandemia da Covid-19 afetou profundamente a trajetória esperada para a economia brasileira ao longo de 2020 e de 2021. Persiste um elevado grau de incerteza quanto ao ritmo de disseminação do SARS-Cov-2 no país e à magnitude e extensão das medidas de isolamento social requeridas para atenuar seus impactos adversos na população, mas não há dúvida de que o PIB brasileiro sofrerá uma forte queda este ano. Primeiro, estima-se o tamanho da queda esperada do PIB no segundo trimestre por meio de um amplo conjunto de dados setoriais e de indicadores coincidentes. Tendo por base essas estimativas, e sob a hipótese de início de um processo de flexibilização gradual das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas a partir de junho, projeta-se uma queda do PIB de 10,5% no segundo trimestre, seguida por crescimento no terceiro e quarto trimestre. A recuperação da atividade, iniciada para alguns setores já em maio e que tende a disseminar-se para a maioria dos demais setores nos próximos meses, deve-se, em parte, à adoção de um conjunto de medidas de preservação de renda, empregos e produção implementado para atenuar os impactos da crise. Para o ano, a queda projetada é de 6%, mas a trajetória de recuperação no segundo semestre deixará um *carry-over* de quase 2% para 2021, cujo crescimento projetado é de 3,6%. É importante destacar que essas projeções estão sujeitas a grande incerteza, tanto no que se refere à estimativa do impacto da pandemia sobre a atividade econômica corrente, como no que tange às hipóteses subjacentes ao ritmo esperado de recuperação no restante do ano. O cenário econômico continuará sendo avaliado, e as previsões poderão ser revistas à luz de novas informações. (Carta de Conjuntura. Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/crescimento-economico/. Acesso em: 20 nov. 2021.)

TABELA 1 – Projeções: Taxa de crescimento do PIB e de seus componentes

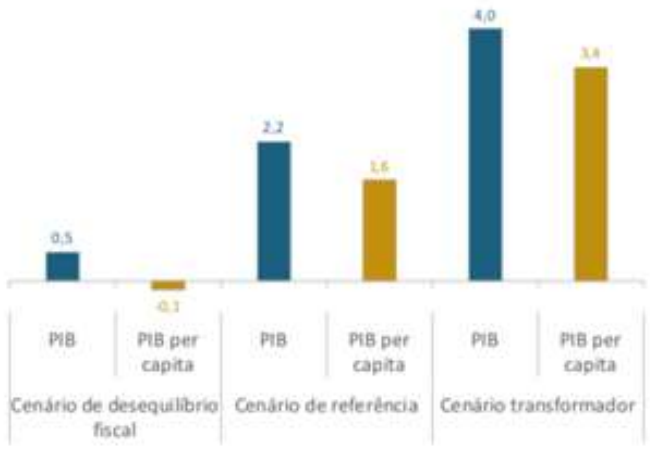
Projeções: taxa de crescimento do PIB e de seus componentes
(Taxa de variação, em %)

	Observado				Previsto			
			2019-T4	2020-T1	2020-T2			
	2018	2019	Trim. ano anterior	Trim. ano anterior	Trim. ano anterior	No trim., dessazonalizado[1]	2020	2021
PIB	1.3	1.1	1.7	-0.3	-11.0	-10.5	-6.0	3.6
Agropecuária	1.4	1.3	0.4	1.9	2.5	1.1	2.0	2.0
Indústria	0.5	0.5	1.5	-0.1	-14.3	-13.8	-7.3	4.0
Serviços	1.5	1.3	1.6	-0.5	-10.7	-10.1	-5.8	3.7
Consumo das Famílias	2.1	1.8	2.1	-0.7	-12.0	-11.2	-6.9	3.8
Consumo do Governo	0.4	-0.4	0.3	0.0	-0.5	-0.8	-0.3	0.0
FBCF	3.9	2.2	-0.4	4.3	-17.3	-18.7	-9.7	6.8
Exportações de bens e serviços	4.0	-2.5	-5.1	-2.2	-11.8	-10.9	-6.4	4.0
Importações de bens e serviços	8.3	1.1	-0.2	5.1	-13.3	-14.9	-6.5	4.3

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

GRÁFICO 5: Taxa de crescimento média anual: comparação entre cenários (2020 a 2031), em % a.a)

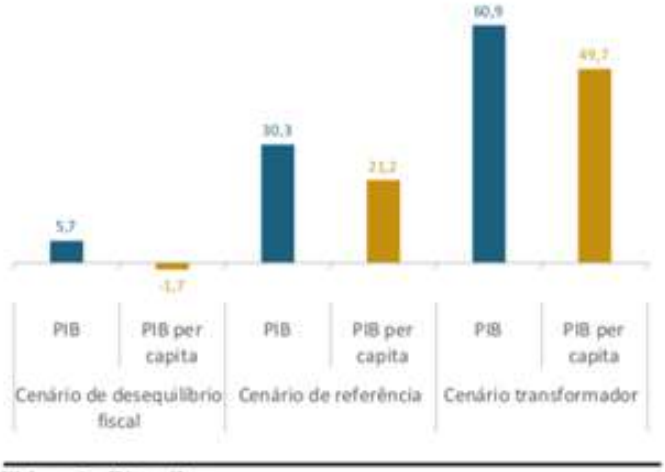
Taxa de crescimento média anual: comparação entre cenários (2020 a 2031)[1]
(Em % a.a.)



Elaboração: Dimac/Ipea.
Nota[1]: Comparada ao ano-base de 2019.

GRÁFICO 6: Taxa de crescimento média anual: comparação entre cenários (2020 a 2031), em %)

Taxa de crescimento acumulada nos três cenários (2020 a 2031)[1]
(Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.
Nota[1]: Comparada ao ano-base de 2019.

4.1 INDICADORES SOCIOECONOMICOS

Entendendo o conceito de desenvolvimento econômico, seus parâmetros, realidade Brasil, podemos diante da dicotomia desenvolvimento x crescimento, dilatar sobre os indicadores socioeconômicos, seus conceitos e os números atualizados no Brasil.

Segundo a síntese de indicadores do IBGE, pode-se entender os objetivos da mediação dessas variáveis:

> Analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais.
>
> A Síntese de Indicadores Sociais teve início em 1998. Sua origem remonta à publicação *Indicadores sociais: relatório 1979*, também do IBGE, que, rompendo com a hegemonia de indicadores econômicos para estes fins, em especial o Produto Interno Bruto - PIB, avançou na proposição de um novo escopo de avaliação das condições de vida da população, contemplando, à época, questões relacionadas a População e famílias, Divisão do trabalho, Mobilidade ocupacional da força de trabalho, Distribuição de renda, Despesa familiar, Habitação, Educação e Saúde. Até a edição de 2016, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD constituiu a sua principal fonte

> de informação, complementada com outras estatísticas, tanto do IBGE como de fontes externas. Com o encerramento da PNAD e sua substituição pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, esta passou a ser a principal fonte de informação do estudo, somando-se a ela, da mesma forma, outras estatísticas internas e externas. (Síntese de Indicadores Sociais, IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 20 nov. 2021)

Destrinchando o conceito de indicador, coloco abaixo o necessário para entender esses parâmetros:

- Referências conceitual, normativa e descrição;
- Unidade de medida (pessoas, anos, %, etc);
- Unidade de análise (pessoa, domicilio, município, região etc;);
- Referência de tempo ou período (mês/ano etc);
- Referência de território: município, região, país);
- Fonte de dados e instituição responsável (PNAD/IBGE, RAIs/TEM etc);
- Usos, significados e limitações na interpretação da realidade;
- Métodos utilizados.

4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. O PIB do Brasil em 2020, por exemplo, foi de R$ 7,4 trilhões. No último trimestre divulgado (2º trimestre de 2021), o valor foi de R$ 2 143,4 bilhões. O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R$ 100 de trigo, R$ 200 de farinha de trigo e R$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados.

O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional.

Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo.

Para o cálculo do PIB, são utilizados diversos dados; alguns produzidos pelo IBGE, outros provenientes de fontes externas. Essas são algumas das peças que compõem o quebra-cabeça do PIB:

- Balanço de Pagamentos (Banco Central)
- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ (Secretaria da Receita Federal)
- Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA (FGV)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE)
- Produção Agrícola Municipal - PAM - (IBGE)
- Pesquisa Anual de Comércio - PAC (IBGE)
- Pesquisa Anual de Serviços - PAS (IBGE)
- Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE)
- Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa (IBGE)
- Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF (IBGE)
- Pesquisa Mensal de Comércio - PMC (IBGE)
- Pesquisa Mensal de Serviços - PMS (IBGE)

A partir da *performance* do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como:

- Traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano;
- Fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países;

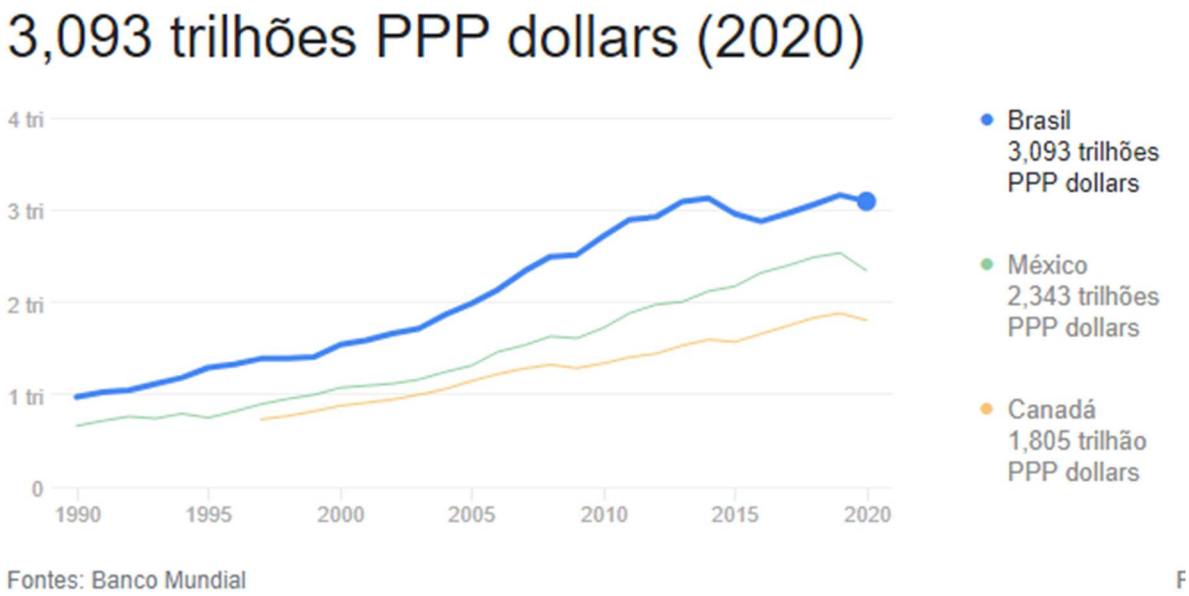
- Analisar o PIB *per capita* (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

4.1.2 Produto Nacional Bruto (PNB)

É o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), independentemente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. A diferença entre o PNB e o PIB corresponde à renda líquida enviada ou recebida do exterior. Quando o PNB é inferior ao PIB, o país em questão remete para o exterior mais renda do que recebe.

GRÁFICO 7 – Produto Nacional Bruto (PNB)



Fontes: Banco Mundial

4.1.3 Paridade do Poder Aquisitivo (PPA)

A paridade do poder de compra (PPC) é uma métrica que compara as moedas de diferentes países através de um índice para o poder de compra.
A abordagem desta medida considera a quantidade em moeda para adquirir um conjunto de produtos e serviços em um país, que pode ser comparada com a medida de outros.
A PPC pode ser analisada utilizando o preço de bens, como também o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita ou índices de preços calculados para medir a inflação.
Algumas instituições calculam a PPC para que seja utilizada como um índice de comparação da produtividade e crescimento das economias. Um exemplo é o Banco Mundial.
Essa teoria que envolve a PPC considera que existe uma taxa de câmbio de equilíbrio para a economia de cada país. Permite analisar a tendências das economias no longo prazo.
De acordo com a teoria, duas moedas estão em equilíbrio quando um conjunto de bens e serviços tem o mesmo valor nos dois países.
O princípio que envolve esta paridade é conhecido como Lei do Preço Único, que diz que o preço de mercadorias idênticas deveria ser o mesmo considerado um comércio totalmente livre entre os países.
Havendo diferenças de preços, e deixando de considerar os custos associados, estes se convergiriam por meio da arbitragem. Se um preço em dólares de um produto é maior em um país do que em outro, a procura se deslocaria para o país de menor preço até que estes voltassem a ser iguais.
O cálculo da paridade entre países considera a taxa de câmbio real em que é possível adquirir os mesmos produtos e serviços.
Pela Lei do Preço Único, a paridade existe se os preços forem iguais em dois países, considerando a taxa de câmbio nominal para haver a troca de moedas. Com isso temos a fórmula:

- $E = e \times (P^1 \div P^2)$

São considerados a taxa de câmbio nominal "e", os preços de um país "P¹", normalmente usando como base a moeda norte-americana, sobre os preços de um segundo país "P²".
O resultado é conhecido como a taxa de câmbio real, em que o valor igual a 1 resultaria no preço único para os dois países.

GRÁFICO 8 – Paridade de Poder de compra

4.1.4 Renda per capita (também conhecido como PIB per capita)

O termo é muito utilizado na área de economia e também de política, pois serve como medidor de desenvolvimento de um país. *Renda per capita* significa renda por cabeça – *per capita* é uma expressão do latim, que significa exatamente *por cabeça*. A renda per capita mede a renda de cada indivíduo dentro de uma determinada população, calculando uma média geral desse valor. É possível, portanto, medir a sua renda com relação ao seu país, ao seu estado e à sua cidade.
Podemos medir a renda per capita nas cidades, nos estados e nos países. O mais comum é o cálculo da renda *per capita* nacional, em que o valor do Produto Nacional Bruto é dividido pelo número de habitantes do país. Normalmente, países desenvolvidos têm uma renda *per capita* maior do que a de países subdesenvolvidos. Não é uma regra que isso aconteça, porque o número de habitantes é uma variável. Um país pode ser bastante desenvolvido

socioeconomicamente e ter uma população expressiva, mas ainda assim ter renda *per capita* baixa.

A renda do trabalho na população em idade ativa, considerando os desocupados, caiu 10,89% entre os primeiros trimestres do ano passado e deste ano. Entre a fatia dos 50% mais pobres, o recuo foi o dobro, de 20,81%, segundo estudo de Marcelo Neri, do FGV Social.

A renda média per capita recuou pela primeira vez abaixo de mil reais mensais, para R$ 995 nos três primeiros meses de 2021. O dado representa uma queda de 11,3% ante um ano antes, quando estava em R$ 1.122, o maior nível da série iniciada em 2012.

4.1.5 Expectativa de vida

De acordo com o último dado do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a expectativa média de vida no Brasil foi de 76,6 anos em 2019, sendo entre os homens 73,1 anos e entre as mulheres 80,1 anos. O resultado apresenta 3 meses a mais em comparação com o índice atingido em 2018 (76,3 anos).

4.1.6 Nível de Escolaridade

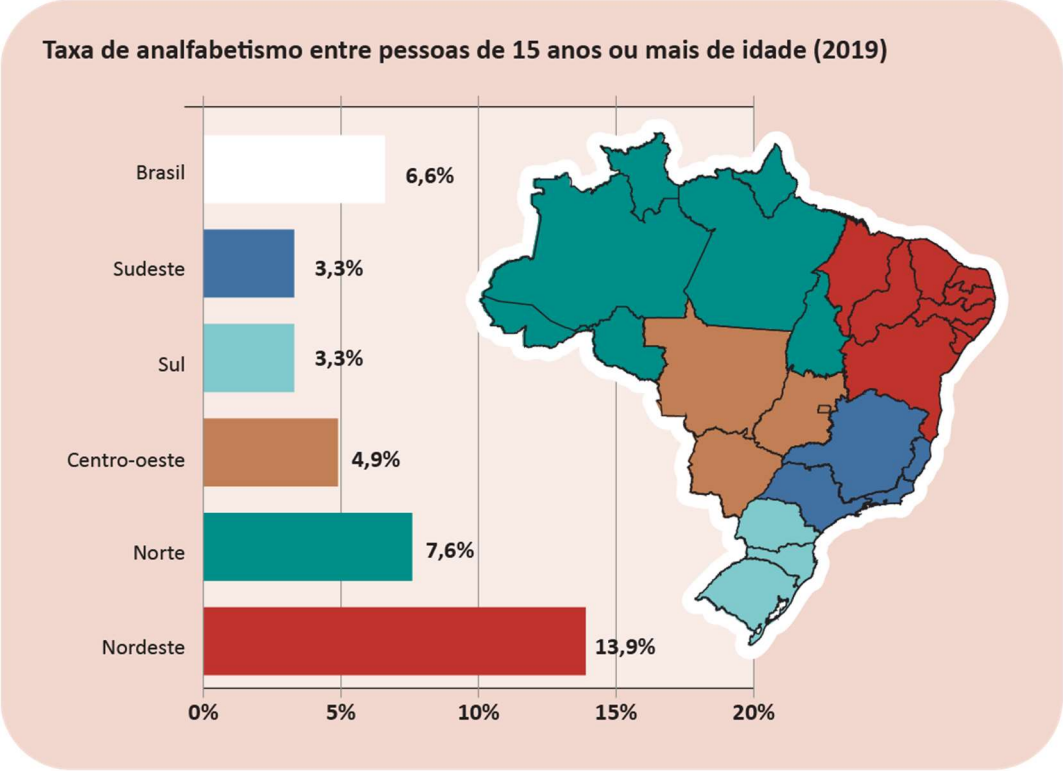
Um dado sócio econômico importante sobre educação é o percentual de pessoas alfabetizadas. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos).

A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).

GRÁFICO 9 – Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Um dado importante sobre educação é o percentual de pessoas alfabetizadas. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos).

A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

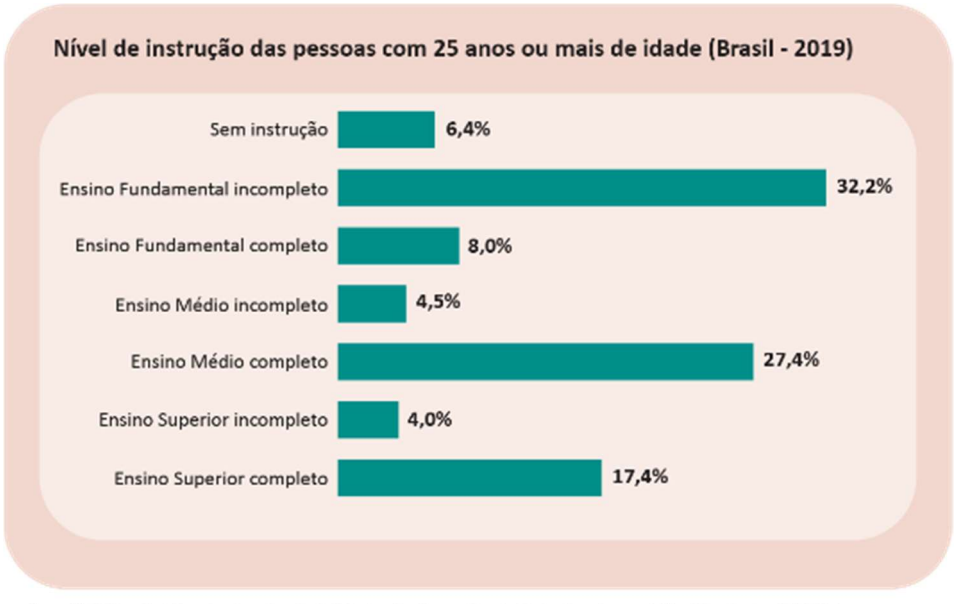
A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019.

Também em 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo.

O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização.

GRÁFICO 10 – Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (Brasil – 2019).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

4.1.7 Índice de Gini (também conhecido como Coeficiente de Gini).

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença

entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

índice de Gini do Brasil 2021: O índice de Gini, que mede a desigualdade e já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019, saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021, ficando acima de toda série histórica pré pandemia.

4.1.8 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. A utilização de um indicador que envolvesse outras variáveis que não somente a questão econômica ocorreu pela primeira vez em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse indicador foi criado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq e pelo indiano Amartya Sem.
A utilização das variáveis educação, saúde e renda permite uma comparação com praticamente todos os países do globo e serve de referência para mensurar a resposta de determinado país frente a essas importantes demandas.

O IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, menor é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. No mundo, nenhum país possui o IDH zero ou um.

O IDH brasileiro foi de 0,762, em 2018, para 0,765, em 2019. Segundo o PNUD, os dados ainda não refletem o impacto da pandemia do novo coronavírus.

5. EFICIÊNCIA DA TRIBUTÁÇÃO EM RELAÇÃO AO RETORNO DO BEM-ESTAR

Conforme as carteiristas do sistema tributário brasileiro e suas incidências e variáveis de tributação, os quais ocorrem sobre a renda, consumo e patrimônio físicos e jurídicos, é necessário refletir sobre a direção que o sistema de tributos segue. Mediante a complexidade do tema, não podemos estigmatizar em uma só função ou objetivo os desdobramentos da arrecadação, entretanto, é possível nortear-se em relação sua principal função, o qual entende-se ser cumprir um financiamento da máquina estatal em relação aos serviços públicos, tendo esse uma relação direta às áreas já abordadas anteriormente, visando a eficiência e qualidade, como: saúde, educação, infraestrutura, poder judiciário e segurança pública, etc. Desse modo, os tributos se estabelecem como um método que assegura o custeio dessas atividades fundamentais, interligado com a função fiscal das imposições tributárias.

As políticas econômicas, em suas teorias, possuem o objetivo de amadurecer a eficiência econômica e social, dessa forma, redirecionar da melhor forma a distribuição da riqueza gerada e, da mesma forma, segue esse objetivo as políticas tributárias, pilar da política econômica.

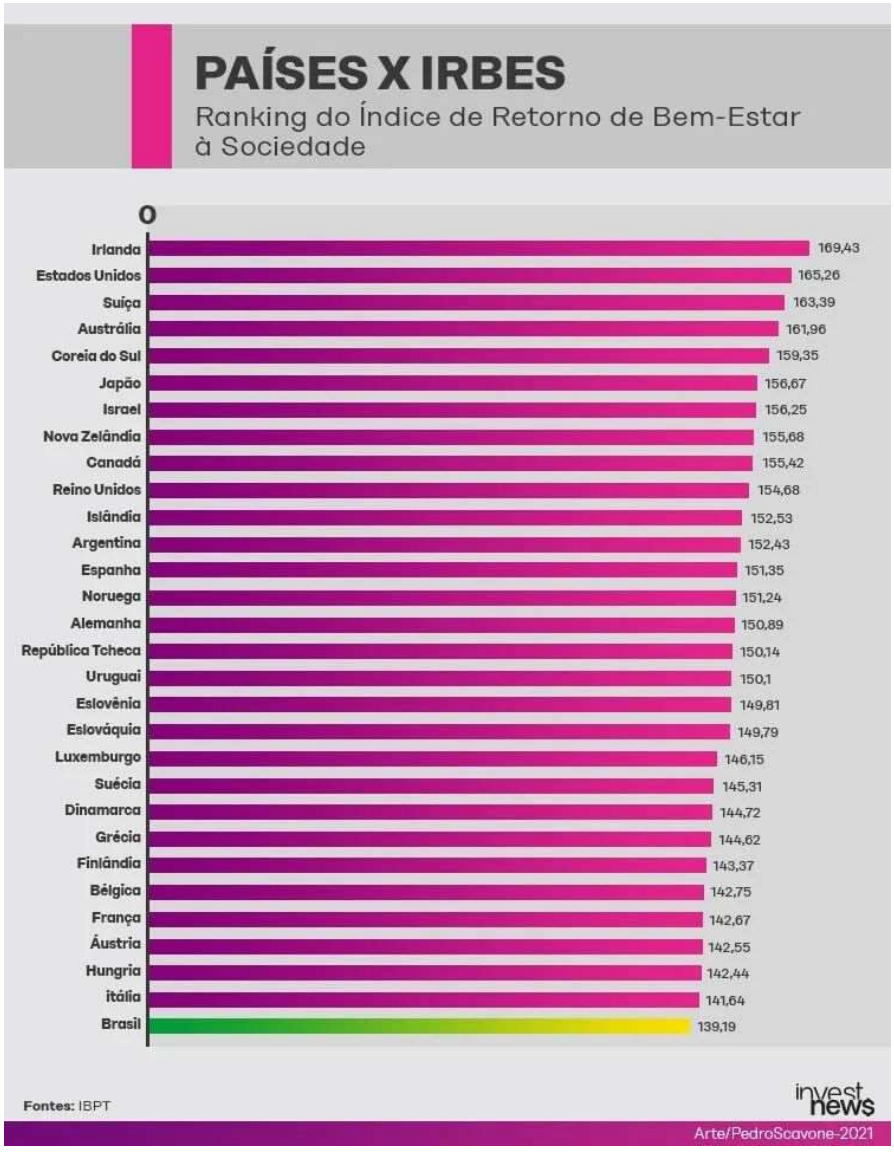
Podemos observar uma disparidade entre o método e a prática, e isso é representado na realidade social brasileira, cenário político e comportamento dos agentes econômicos diante das políticas adotadas. Essas disparidades e falhas do ecossistema econômico são medidas pelo IRBES – Índice de Retorno De Bem-Estar.

Segundo o estudo divulgado pelo IBPT, o qual pretendia demonstrar o nível de retorno à população dos valores arrecadados com tributos a cada país:

> “O IRBES – Índice de Retorno De Bem-Estar à Sociedade, é resultado da somatória da carga tributária, ponderada percentualmente pela importância deste parâmetro, com o IDH, ponderado da mesma forma. O IRBES é a somatória do valor numérico relativo à carga tributária do país, com uma ponderação de 15%, com o valor do IDH, que recebeu uma ponderação de 85%, por entendermos que o IDH elevado é muito mais representativo e significante que o percentual da carga tributária. Quanto maior o valor do índice, melhor é o retorno da arrecadação dos tributos para a população.” (Cálculo do IRBES, IBPT, 2015. Disponível em: http://ibpt.impostometro.s3.amazonaws.com/Arquivos/06%2BIRBES%2B2015.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021)

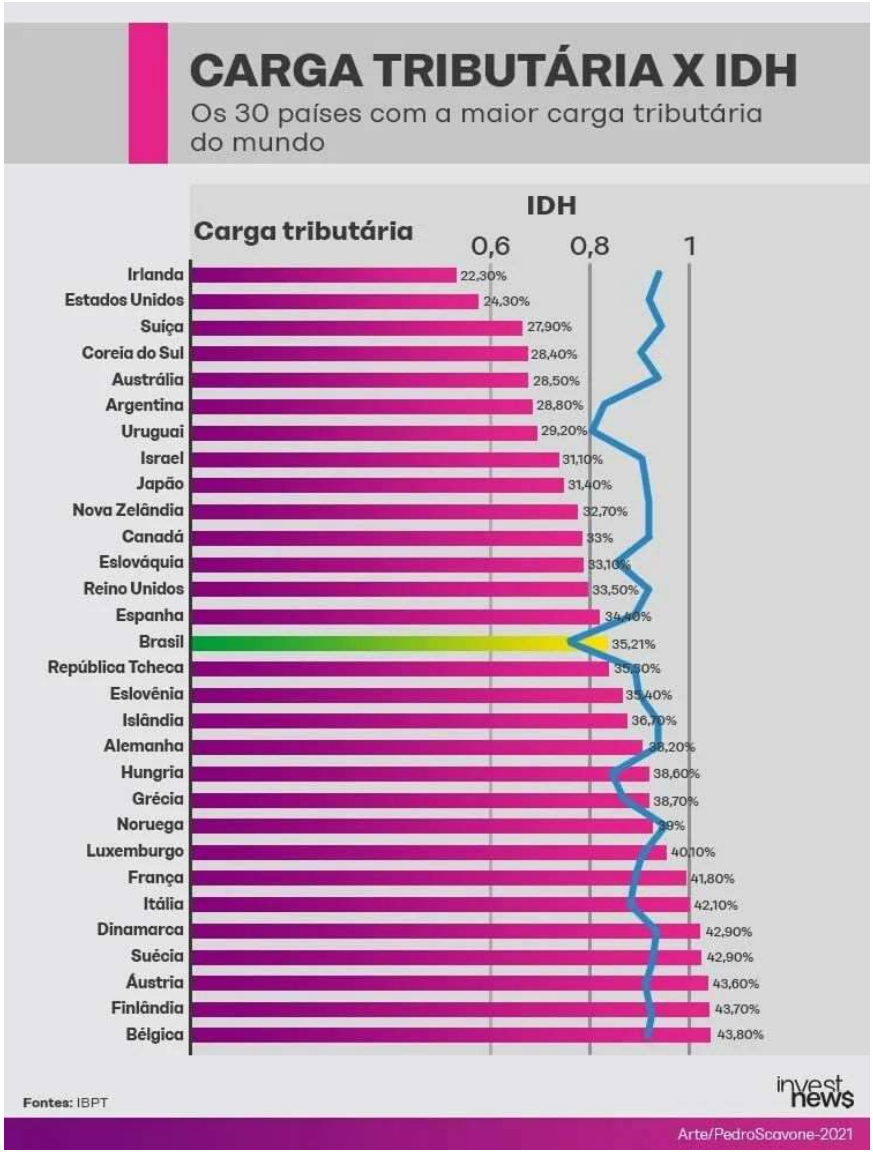
Abaixo, conforme apresentado na tabela o ranking de IRBES, o Brasil possui o IRBES de 139,19, enquanto que o país que aparece como primeiro colocado, a Irlanda, tem o índice de 169,43.

GRÁFICO 11 – Países x IRBES



Segue abaixo um outro ranking o qual avalia o nível de carga tributária versus o IDH, e nesse, informa que o Brasil tem uma carga tributária de 35,21% e IDH de 0,761.

GRÁFICO 12 – Carga Tributária x IDH



Diante dos cenários mencionados, percebe-se que o problema não está na quantidade arrecadada perante ao sistema tributário, mas na distribuição e retorno a sociedade com relação ao bem-estar, afetando de forma direta o desenvolvimento econômico do país e, assim, alimenta-se, em mais um ponto, as discussões sobre a necessidade de haver uma reforma tributária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foram abordados o sistema tributário brasileiro e o impacto causado na política de arrecadação, distribuição e retorno à sociedade. Foi possível identificar uma falha no ecossistema de arrecadação denominada como progressiva, entretanto, contraposta por um modus operandi regressivo, assim, entende-se que esse é um dos pontos os quais alimentam a discussão sobre a necessidade de uma reforma tributária.

Nos últimos anos, o tema tributação brasileira esteve presente em diversas pautas econômicas, isso reforça a necessidade do aprofundamento nas questões que diz respeito ao recolhimento e distribuição das arrecadações. Entende-se que haja uma necessidade da reforma para que possamos gerar um impacto positivo no âmbito social e empresarial no país.

Há um elo de complexidade carregada pela tributação brasileira e pelo sistema oneroso, o qual acumula mais de 100 tributos. Dessa forma, visa que o benefício da reforma precisa olhar para a segurança jurídica, isso é, melhor entendimento da política tributária e assim, englobar a capacidade econômica da população, de modo o qual não agrave a situação socioeconômica brasileira e diminua os impactos do recesso econômico, visando também a participação empresarial no meio tributário, sendo ele também um fator importante para a arrecadação de tributos e penetração de investimentos externos.

Historicamente o Brasil ganhou ao longo dos anos uma relevância econômica mundial, isso possibilitou investimentos estratégicos e acumulo de poder econômico, entretanto, ao mesmo tempo, a desigualdade social cresceu exponencialmente e, mesmo nos tempos de menor taxa de desigualdade nacional, ainda vivenciamos uma alta disparidade se comparado com outros países.

É evidente que o Brasil possui uma alta carga tributária, porém, um baixo índice de retorno para o bem-estar social. Sobre um ponto de vista prático, os encargos devem estar equiparados em relação a condição socioeconômica dos agentes econômicos, visto que nossa carga tributária incide sobre a renda, produção e consumo.

De acordo a pesquisa nacional da cesta básica de alimentos realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), é necessário que o agente econômico obtenha um salário mínimo de R$ 5.866,00 para que ele possa arcar com o conjunto de bens alimentícios básicos. Considera que encima de valor há tributos obrigatório.

Diante dessa análise, é evidente que o tributo sobre o consumo é o maior responsável pela disparidade social, devido a alta carga que incidente sobre a tributação no consumo. Uma vez que a renda per capita nacional é de R$ 995,00 e os estudos apontam que a necessidade básica do brasileiro é atendida por um salário mínimo 5 vezes maior, é evidente o impacto causado ao bem-estar social, devido a tributação do consumo que interliga com a alta e complexa carga tributária.

BIBLIOGRAFIA

BIDERMAN, Ciro; ARVANTE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 2ª reimpressão.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

LEITE, Acácio *et al*. **A reforma tributária necessária:** Diagnósticos e Premissas. São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

AFONSO, José. **Câmara dos Deputados.** Brasília, 2015.

MORAES, Vinicius. **A carga tributária brasileira e o planejamento tributário como ferramenta de competitividade.** 2011. Tese (Pós-Graduação Lato Sensu) – Curso de Direito Empresarial – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2011.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século:** Anotações e Reflexões para futuras reformas. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. **Reforma tributária e federalista fiscal:** Uma análise das propostas de criação de um novo Imposto sobre o valor adicionado para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

ALMEIDA, Hudson. **Análise da eficiência da tributação em relação ao retorno do bem-estar à sociedade.** 2014. Graduação (Bacharel) – Curso de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2014.

ORTEGA, Fabiana. Brasil tem o pior retorno de impostos à sociedade, segundo estudo; veja ranking. **Ivest News,** 02 abri. 2021. Disponível em: https://investnews.com.br/economia/brasil-tem-o-pior-retorno-de-impostos-a-sociedade-segundo-estudo-veja-ranking/. Acesso em: 15 set. 2021.

Os Tributos no Brasil. **Portal Tributário**, 2020. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

O Peso da Carga Tributária no Brasil e no Mundo. **Expertise Associados, Consultoria Contábil e Financeira**, 2018. Disponível em: https://www.expertiseassociados.com.br/o-peso-da-carga-tributaria-no-brasil-e-no-mundo/. Acesso em: 23 out. 2021.

Carta de Conjuntura. **Ipea,** 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/crescimento-economico/. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Lucas. **Reforma Tributária no Brasil:** Histórico, necessidades e propostas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13965. Acesso em: 20 nov. 2021.